

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O cenário do mercado brasileiro de energia atravessa um momento de transformações, com efeitos diretos no balanço energético como um todo. Percebe-se uma convergência quanto à importância do gás natural, por se tratar de alternativa energética prioritária para a confiabilidade do sistema.

Esta análise coincide com uma visão global do crescente uso do gás natural. As projeções indicam que a demanda mundial por energias limpas, entre elas o gás natural, irá manter a trajetória de crescimento. O Acordo do Clima, pactuado por 196 países na 21ª Conferência do Clima (COP21), realizada em dezembro de 2015 em Paris, França, ratificou esse caminho.

É incontestável a importância da TBG neste contexto, pelo grau de infraestrutura instalada e por concentrar um parque industrial consolidado, que, mesmo em face de um cenário de desaceleração econômica, tende a manter sua relevância na conjuntura brasileira.

A excelência operacional e a adequada gestão de seus ativos – competências da TBG reconhecidas ao longo dos anos – têm permitido à companhia ofertar ao mercado brasileiro um serviço de transporte de gás natural perto

dos limites de sua capacidade máxima, com elevados padrões de segurança e confiabilidade, proporcionando alta rentabilidade aos seus acionistas.

A companhia vem adotando medidas, no presente, para ser uma empresa que, a cada dia, se torna mais sólida e preparada para os desafios do futuro. Nas páginas a seguir, detalhamos os resultados alcançados pela TBG em 2015. Destacamos que todos os compromissos contratuais assumidos pela companhia foram plenamente atendidos, com respeito ao meio ambiente e às partes interessadas e, ainda, primando pela saúde e segurança de sua força de trabalho.

O sucesso obtido somente foi possível com adequada gestão e apropriada competência de seus empregados. Registro meu cordial agradecimento e reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, à Diretoria e aos colaboradores, na certeza de que a TBG seguirá na busca pela perenidade de suas operações e amplamente capacitada a atuar em um cenário de negócios competitivo e de maior complexidade.

Renato Costa
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

O ano de 2015 foi especial para a TBG. Completando 18 anos de existência, a companhia alcançou resultados que confirmam a conciliação do seu empreendedorismo com a maturidade inerente a uma empresa consolidada no mercado de gás natural.

O bom desempenho da TBG fica demonstrado em nossos números e indicadores. Registramos recordes históricos na Receita Líquida e no Ebitda, com valores de R\$ 1.472 milhões e R\$ 1.257 milhões, respectivamente, e que superam em 42% e 55% os valores apurados em 2014. O Lucro Líquido alcançado de R\$ 267 milhões foi o maior dos últimos cinco anos. A companhia cumpriu, mais uma vez, seu compromisso com os acionistas, gerando recursos para pagamento de dividendos no montante de R\$ 430 milhões.

A TBG transportou a média diária de 29,01 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural em 2015. Ressalta-se que, mesmo operando próximo à sua capacidade nominal de 30,08 milhões de metros cúbicos/dia, a empresa manteve, pelo segundo ano consecutivo, a marca de nenhuma falha de entrega no serviço de transporte. Esse desempenho comprova a confiabilidade operacional da empresa e a manutenção do elevado padrão tecnológico da operação, inclusive em ambientes remotos.

A gestão da Segurança sempre mereceu atenção especial da Administração. Sendo assim, é motivo de orgulho o fato de a empresa ter atingindo o recorde acumulado de 646 dias sem acidentes com afastamento. Esta marca é consequência de um intenso e permanente trabalho de conscientização e treinamento, bem como do engajamento de toda a força de trabalho com as ações implementadas pela TBG.

Em outra vertente, a companhia concluiu o programa de capacitação e desenvolvimento do corpo gerencial, com a participação efetiva de 70 profissionais. Líderes preparados aprimoram o relacionamento com suas equipes e proporcionam a atuação estratégica da empresa, competência importante para o bom desempenho no competitivo mercado de gás natural que vislumbramos. A valorização da lealdade, moral, ética e transparência, conceitos fundamentais da governança corporativa e de *compliance*, permeou todo o treinamento.

O foco na eficiência direcionou iniciativas concretas de gestão, tais como: a revisão e atualização do Código de Ética, a resolução de licenciamentos e compensações ambientais, o relacionamento permanente com os agentes do mercado e demais públicos de interesse e a ampliação da participação no Comitê de Transporte do International Gas Union (IGU), entidade que congrega 97% do mercado mundial de gás natural e com membros em mais de 91 países. A assinatura do primeiro contrato de transporte de gás natural, na modalidade interruptível no Brasil, após a publicação da Lei do Gás, é resultado do espírito empreendedor da TBG.

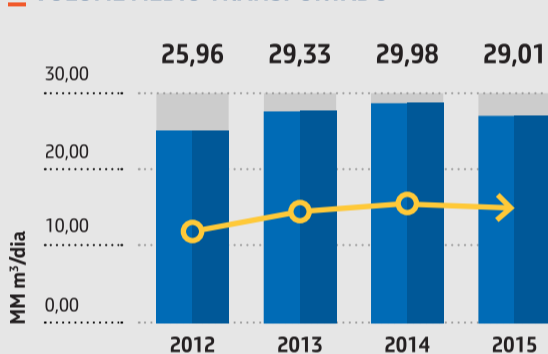
Esses são alguns dos diversos resultados que pavimentam o caminho que a companhia quer trilhar nos próximos anos, rumo à ampliação de sua atuação e à diversificação de serviços. Com entusiasmo e respeito aos compromissos regulatórios, contratuais, societários e ao meio ambiente, o sucesso tende a se confirmar.

Agradeço a todos que fazem parte da história da companhia e que são os responsáveis pela consolidação da TBG no mercado de gás natural e pela empresa que, certamente, ela será no futuro próximo.

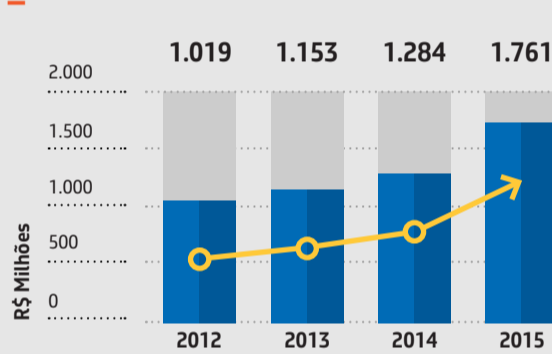
Jorge Hijjar
Diretor-superintendente

PRINCIPAIS RESULTADOS

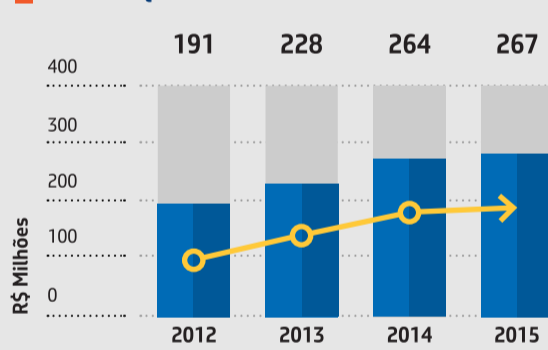
VOLUME MÉDIO TRANSPORTADO



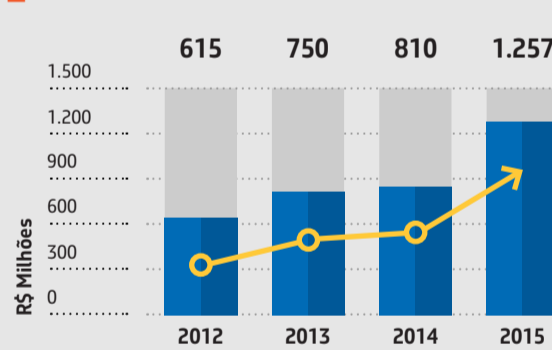
RECEITA OPERACIONAL BRUTA



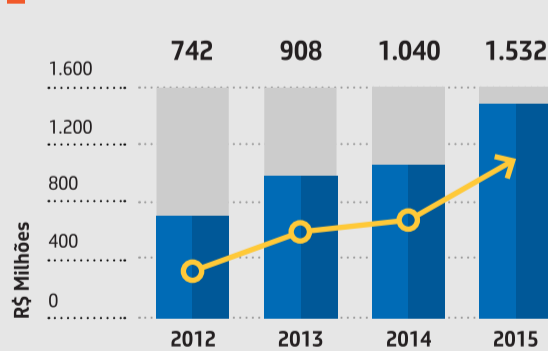
LUCRO LÍQUIDO



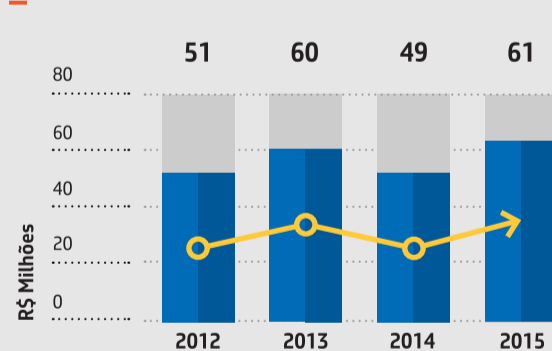
EBITDA



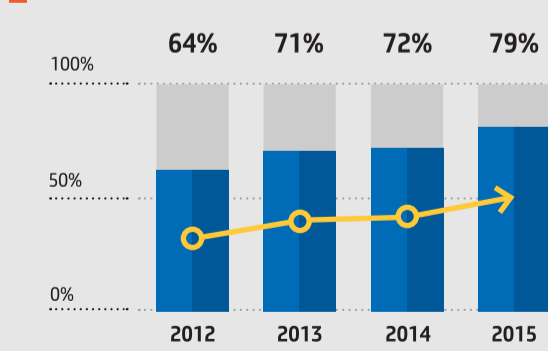
VALOR ADICIONADO



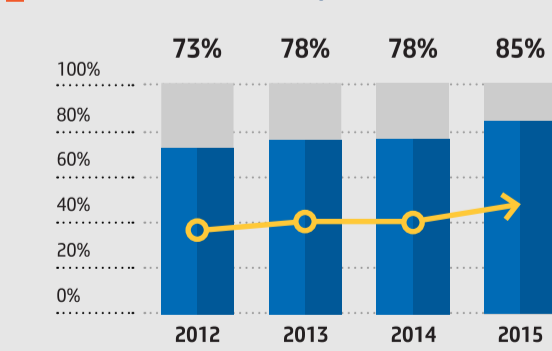
INVESTIMENTOS



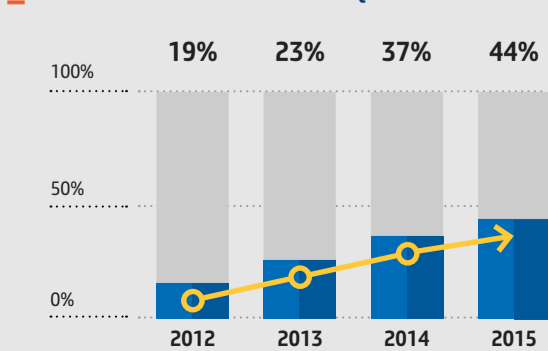
MARGEM BRUTA



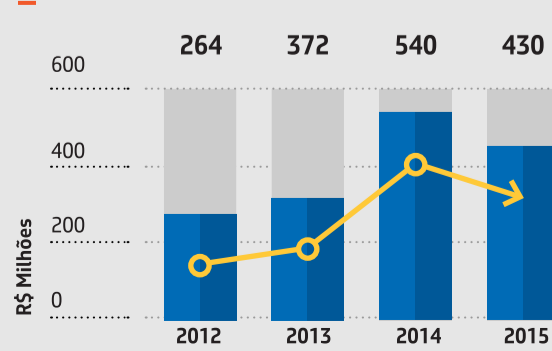
EBITDA SOBRE RECEITA LÍQUIDA



LUCRO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO



DIVIDENDOS PAGOS



FINANCEIROS

	2012	2013	2014	2015
ATIVO IMOBILIZADO R\$ MILHÕES	2.522	2.429	2.317	2.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ MILHÕES	871	714	602	436
ENDIVIDAMENTO (VINCULADO AO DOLAR) R\$ MILHÕES	1.106	1.168	1.253	1.736
ESTRUTURA DE CAPITAL (CAPITAL DE TERCEIROS/ PASSIVO TOTAL)	55%	58%	57%	59%

INDICADORES OPERACIONAIS

	2012	2013	2014	2015
FALHAS DE ENTREGA	0	1	0	0
ATENDIMENTO LINHA DO GÁS	1.140	1.117	574	526
CONFIABILIDADE DO SISTEMA DE COMPRESSÃO	99,1%	99,8%	99,8%	99,6%
DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE COMPRESSÃO	97,6%	98,6%	99,1%	98,8%
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	98,6%	97,0%	99,8%	99,2%
TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES COM AFASTAMENTO	0,88%	0,59%	0,58%	0,00%
TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES SEM AFASTAMENTO	2,19%	3,56%	1,74%	2,07%
TAXA DE GRAVIDADE (MILHÃO DE DIAS PERDIDOS/HHER)	3,50	3,00	1,00	0,00

RECURSOS HUMANOS

	2012	2013	2014	2015
QUANTIDADE DE EMPREGADOS	288	288	290	292
HORAS DE TREINAMENTO POR EMPREGADO/ANO	74	74	84	70
RECEITA OPERACIONAL BRUTA POR EMPREGADO R\$ MILHÕES	3,5	4,0	4,4	6,0

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

A TBG

PERFIL

Quem somos

Somos, em território brasileiro, a proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, com capacidade para transportar diariamente 30,08 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural.

Nossa origem remete à década de 1930, quando foram iniciadas as negociações entre Brasil e Bolívia para compra e venda de petróleo e do gás natural. A decisão de implantar o Gasoduto foi tomada em 1990.

Fruto de um acordo bilateral entre os governos, a companhia surgiu de um projeto arrojado e inovador, viabilizado por uma estrutura composta pelo financiamento de agências multilaterais (BID, BEI, CAF) e Agência de Crédito à Exportação (ECA), além do investimento e participação societária de empresas nacionais e internacionais do ramo de petróleo e gás natural.

Constituída em 18 de abril de 1997, a empresa tornou-se responsável pela construção do lado brasileiro do Gasoduto. Em 1999, iniciou o transporte do gás natural.

A TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. representa o primeiro grande passo para o crescimento do mercado de gás natural no país. A companhia hoje opera um gasoduto de 2.593 quilômetros de extensão. O trajeto vai da cidade de Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia, até a cidade de Canoas (RS), atravessando 136 municípios em cinco estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Quinze estações de compressão (Ecomp) e 50 pontos de entrega (PE) asseguram a operação contínua do sistema de transporte de gás.

Plano Estratégico TBG 2020

Fortalecer a gestão e a ampliação sustentável dos negócios no setor de transporte dutoviário de gás natural, agregando valor para as partes interessadas com equilíbrio, harmonia, segurança, confiabilidade e eficiência operacional, primando pela inovação e observância aos valores da companhia, em um ambiente organizacional cooperativo e saudável.



MISSÃO

Operar, manter e implantar gasodutos de transporte com segurança e sustentabilidade.



VISÃO

Ser competitiva e crescer no mercado de transporte dutoviário de gás natural.



VALORES

Comprometimento, respeito, entusiasmo e simplicidade.

A descrição completa dos valores pode ser encontrada no endereço de nosso portal: www.tbg.com.br, na seção Perfil – Identidade Organizacional.

Nossa atuação

Em 2015, entregamos aproximadamente 10,6 bilhões de m³ de gás natural sem falhas de entrega ou recebimento. A média diária transportada, de 29,01 milhões de m³, representou 31% da oferta em território brasileiro, de acordo com o Balanço de Gás Natural no Brasil do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural nº 106 – dezembro/2015 do Ministério de Minas e Energia (MME).

Com esse resultado, foi possível conciliar a valorização da geração de riqueza para os acionistas e para a sociedade. Entre os destaques do ano estão os recordes históricos de Receita e do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que apresentaram desempenho 42% e 55% superior ao verificado em 2014, respectivamente. O Lucro Líquido registrado de R\$ 267 milhões foi o maior dos últimos cinco anos.

Hoje, com 16 anos em operação, atendemos ao mercado com excelência operacional. Temos atuação estratégica no segmento, pois estamos presentes no eixo econômico do país representado por mais de 50% do PIB, entregando gás natural para sete distribuidoras estaduais que, juntas, somam mais de 1,2 milhões de consumidores finais e abastecendo termoeletricas e refinarias em cinco estados.

Com a experiência adquirida em engenharia de dutos, expandimos nosso portfólio para atender às novas demandas do mercado de gás natural. Para tanto, oferecemos, além da implantação de novos gasodutos de transporte, estações de compressão e pontos de entrega, os serviços de operação e manutenção de ativos de transporte e movimentação de gás natural e a prestação de serviços de engenharia de dutos.

Nosso quadro de pessoal é composto por 292 empregados próprios. Anualmente, são realizados programas de desenvolvimento de recursos humanos com o objetivo de aprimorar a qualificação desses colaboradores.

Atuamos de forma alinhada ao Pacto Global, à Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O repúdio ao trabalho infantil e ao trabalho escravo é cláusula obrigatória pactuada em todos os contratos que firmamos. Vitais para nosso negócio, essas iniciativas têm sinergia obrigatória com os valores corporativos da companhia.

Estrutura Societária

Em 23 de dezembro, 51% das ações da TBG foram transferidas da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro para a Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás, nova acionista da companhia.

Somos uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com a seguinte composição acionária:

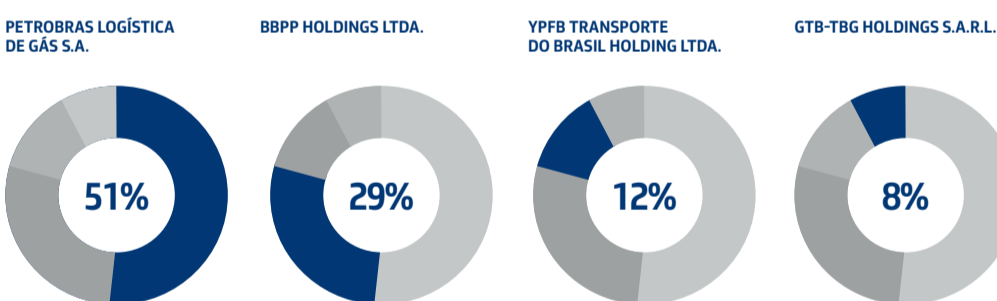


FIGURA 01 | COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O perfil dos sócios, atrelado à respectiva experiência no mercado de energia, permite à TBG alcançar expressivos resultados, consolidando a posição da empresa como um relevante *player* do mercado nacional de transporte de gás natural.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ao explicitar identidade organizacional, missão, visão e valores, o modelo de gestão de uma empresa reflete a sua essência. Na TBG, visamos assegurar as melhores práticas de governança e agregar valor à companhia, utilizando instrumentos de gestão norteados por princípios regidos pela confiabilidade, responsabilidade, transparência e ética.

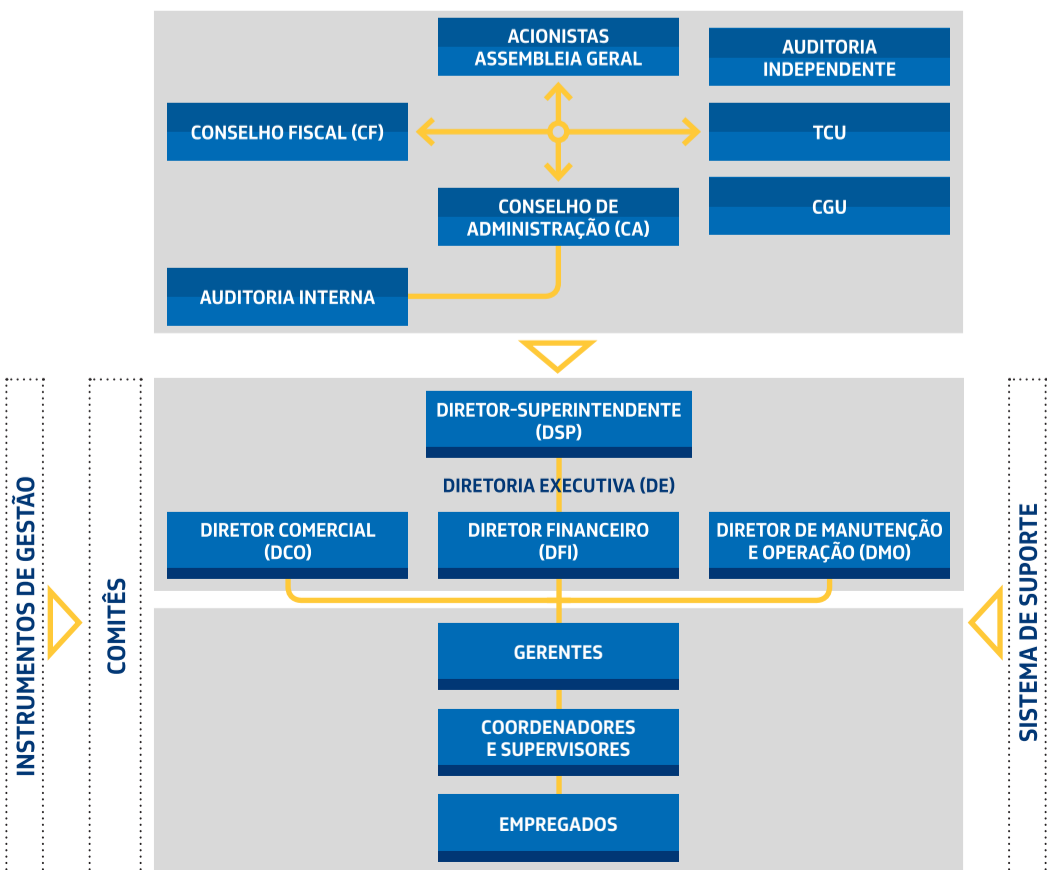


FIGURA 02 | ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Nossa estrutura de governança decorre do exercício dos papéis do Conselho de Administração (CA), do Conselho Fiscal (CF) e da Diretoria Executiva (DE), individualmente. Esses agentes de governança têm responsabilidades distintas, embora atuem de forma integrada com atribuições pautadas pela Lei das S.A. (Lei 6.404/76) e pelo Estatuto Social da companhia. Segue breve descrição:

Assembleia Geral de Acionistas – constitui o órgão social da companhia, de caráter exclusivamente deliberativo.

Conselho de Administração (CA) – órgão de orientação e direção superior da TBG, formado por oito conselheiros titulares (e respectivos suplentes), entre eles um representante dos empregados, em atendimento à Lei Federal nº 12.353/10. O mandato dos conselheiros é de um ano, sendo admitida a reeleição. O CA realizou 11 reuniões em 2015, que colocaram em pauta assuntos de cunho deliberativo e de avaliação de desempenho operacional, financeiro e de gestão da companhia.

Conselho Fiscal (CF) – órgão autônomo de controle e fiscalização dos atos administrativos e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, responsável por preservar e defender os interesses da companhia e dos seus acionistas. É composto por três membros e respectivos suplentes, com mandato anual. Ao longo do ano, foram realizadas 13 reuniões ordinárias, conforme definido no Plano de Trabalho Anual.

Auditoria Interna (Audin) – com regulamento interno aprovado pelo CA, tem a função de assessorá-lo e à Diretoria Executiva (DE), de modo a garantir níveis adequados de verificação dos controles internos, respeitando o que for definido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint). Os resultados das auditorias internas são submetidos à aprovação do CA, com acompanhamento do CF e da DE, e verificados pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgãos de controle governamental.

Diretoria Executiva (DE) – formada pelos diretores Superintendente, Comercial, Financeiro e de Operação e Manutenção, realiza reuniões semanais cujas atas são encaminhadas para conhecimento do CA e do CF. É responsável pela gestão e operacionalização dos negócios, em conformidade com o Plano Estratégico TBG 2020. Conta com a assessoria da Comissão de Ética e de comitês corporativos focados em temas de relevância organizacional.

Auditoria Externa independente – as demonstrações contábeis de cada exercício são, também, submetidas à análise de empresa especializada, que é contratada com essa finalidade. A aprovação dessas demonstrações dar-se-á pela Assembleia Geral de Acionistas. A exigência é que, a cada cinco anos, ocorra a renovação da contratada, como forma de garantir isonomia, independência e transparência no parecer.

As duas comissões e seis comitês constituídos para assessorar a DE na tomada de decisão em temas de relevância organizacional são:

- Comissão de Ética;
- Comissão Interna de Conservação de Energia (Cice);
- Comitê de Acompanhamento e Supervisão de Gerenciamento de Contratos;
- Comitê de Gestão de Suprimentos;
- Comitê de Gestão de Riscos Empresariais (Crisc);
- Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional (Cpdo);
- Comitê de Segurança Empresarial (Comseg);
- Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (Comiti).

As diretrizes de governança da TBG estão relacionadas no Plano Básico de Organização (PBO), documento elaborado em consonância com o Estatuto Social da companhia. São elas que norteiam a organização e o modelo de gestão da empresa, além de assegurar as boas práticas de governança, com o objetivo maior de assegurar a permanência, com qualidade, de nossas atividades. Essas diretrizes buscam:

- Assegurar transparência, autonomia e responsabilização pelos resultados das várias unidades organizacionais;
- Adotar padrões corporativos de processos de gestão, priorizando o compartilhamento de serviços na realização de processos de suporte;
- Utilizar o conceito de organização por processos, favorecendo a gestão integrada das atividades, alinhados ao planejamento estratégico vigente;
- Minimizar o número de níveis hierárquicos, para flexibilizar o desempenho das atividades e permitir mais agilidade;
- Promover a integração e a coordenação entre as várias unidades organizacionais, para ampliar sinergias.

Coordenada pela Comissão de Ética e aprovada pelo CA em 22 de outubro, a revisão e atualização do Código de Ética foi um dos marcos no exercício. A nova versão inclui, por exemplo, menção às leis Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e de Conflitos de Interesses (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013). O documento também teve o conteúdo alinhado às orientações do Guia de Conduta da Petrobras, em conformidade com o artigo 16 do Estatuto Social.

Todos os integrantes da força de trabalho receberam o Código de Ética da TBG e assinaram eletronicamente o termo de ciência dos compromissos nas relações com seus pares, parceiros, concorrentes, acionistas, clientes, fornecedores, comunidades e poder público. Integram a força de trabalho os conselheiros de administração, conselheiros fiscais, diretores, empregados próprios, requisitados, estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviço.

As íntegras dos documentos podem ser consultadas em:

Código de Ética TBG: http://www.tbg.com.br/pt_br/a-tbg/codigo-de-etica.htm

Guia de Conduta da Petrobras: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/transparencia-e-etica>

CERTIFICAÇÕES



FIGURA 03 | CERTIFICAÇÕES

A TBG mantém a conformidade com os requisitos previstos nas normas associadas às certificações e com os requisitos exigidos pelos clientes. Após realização de Auditoria Externa, todas as certificações apresentadas na Figura 03 foram mantidas.

As práticas associadas ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) viabilizam a busca contínua pelo aprimoramento de processos. A sua aplicação na companhia conta com a utilização do Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras (Sinpep), onde os padrões e os procedimentos ficam disponíveis para consulta automatizada e ágil. Além disso, destaca-se a realização de Auditorias Internas e análises críticas periódicas do SGI.

RELACIONAMENTO

No Plano de Comunicação Empresarial, vigente desde 2012, a TBG identifica os seus públicos de interesse e define políticas de comunicação que devem ser praticadas pelo corpo executivo e pelos empregados.

Conforme estabelecido no Código de Ética, temos como compromisso fundamentar nossas relações no princípio da transparência, agindo sempre com honestidade e respeito.

Dessa forma, com base na missão e nos valores corporativos, a companhia permanece atenta às necessidades e expectativas das partes interessadas, ao mesmo tempo em que transporta gás natural com segurança e sustentabilidade.

RELACIONAMENTO COMERCIAL

Nossa atuação comercial é orientada pelo Pilar de Disciplina de Capital, que busca otimizar a eficiência da empresa através da gestão dos contratos existentes, do atendimento diferenciado aos clientes e da apresentação comercial junto a potenciais novos clientes.

Em junho, reforçando nosso caráter pioneiro na indústria de gás, celebramos com a Tradener – comercializadora de energia do Paraná – o primeiro contrato de transporte de gás natural na modalidade interruptível. Devido ao pioneirismo desse tipo de contratação, viabilizada após a vigência da Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009), desenvolvemos, em conjunto com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP) um modelo padrão de contrato, assim como a metodologia tarifária adotada para o transporte interruptível.

Com prazo de vigência de 12 meses, nosso contrato interruptível prevê a entrega de gás proveniente da Bolívia no Ponto de Entrega (PE) de Araucária-CIC (Cidade Industrial de Curitiba), no Paraná, com o fornecimento de 100 mil m³/dia.

Ainda como desdobramento desse contrato, foi celebrado entre TBG, Tradener e Petrobras um Acordo Operacional de Compartilhamento de Pontos de Entrega e Recebimento, visando estabelecer as regras aplicáveis para programação, confirmação e alocação de quantidades de gás. Quanto aos contratos de transporte vigentes, destaca-se a celebração de aditivos contratuais para inclusão do PE de Itirapina/SP, instalado em 2015.

A TBG realiza, anualmente, uma Pesquisa de Satisfação do Cliente (PSC) para mensurar o desempenho da companhia no que se refere aos serviços prestados, ao relacionamento e à imagem organizacional perante o cliente.

Na PSC 2015, o nível de satisfação dos clientes alcançou o resultado de 99,72%. Como desdobramento, foi implantado um plano de ação ao longo do ano, para aprimorar o atendimento das necessidades identificadas na pesquisa.

A companhia realizou suas atividades comerciais para apresentar soluções em projetos, operação e manutenção de dutos. Além disso, ampliou sua participação no *International Gas Union* (IGU), importante fórum que congrega empresas do mundo todo, e realizou apresentações institucionais em fóruns nacionais do setor de gás natural.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

RELACIONAMENTO COM O GOVERNO

A atividade de transporte de gás natural no Brasil é regulada pela Lei do Petróleo nº 9.478, de 06/08/1997, pela Lei do Gás nº 11.909, de 05/03/2009, pelo Decreto Federal nº 7.382, de 02/12/2010, e pelas Portarias e Resoluções do Ministério das Minas e Energia (MME) e da ANP.

Em 2015, destacamos a participação da companhia nas seguintes consultas, audiências públicas e projeto:

- Audiência pública ANP 31/14, que trata da autorização para construção, ampliação e operação de instalações de movimentação de petróleo e seus derivados, gás natural, biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.
- Consulta ANP nº 07/15, que trata de temas como termos de acesso a gasodutos de transporte, cessão de capacidade, procedimentos de troca operacional, chamada pública, contratos de transporte e reclassificação de gasodutos de transferência.
- Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024).
- Projeto conduzido pela ANP que trata da metodologia de aferição de capacidade de gasodutos.

Ainda com o objetivo de atender ao arcabouço regulatório e consolidar a posição da companhia como referência no segmento de gás natural, a TBG realizou reuniões e visitas técnicas com o MME, a ANP e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Todos os compromissos e prazos definidos pelos órgãos ambientais foram cumpridos, com alguns destaques listados abaixo, além de outros também mencionados neste relatório (ver item Gestão Ambiental e Social):

- Entrega ao Ibama do Estudo de Análise de Risco do Gasoduto e do Plano Básico Ambiental.
- Aprovação do Termo de Quitação entre TBG e Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (Sema/RS), pela compensação ambiental ao Estado referente à Mata Paludosa.
- Celebração do Termo de Ajuste de Conduta entre a TBG e o governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela compensação ambiental do Parque do Tainhas/RS.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

A TBG acredita que manter canais de comunicação permanentes proporciona o acesso da população a informações relevantes sobre o empreendimento e contribui, assim, para o bom relacionamento entre a empresa e os diversos grupos sociais envolvidos. Desta forma, nas intervenções realizadas na faixa e nas instalações, a comunicação está sempre presente, como forma de oferecer às comunidades do entorno a percepção correta do evento e a possibilidade de interagir com a empresa.

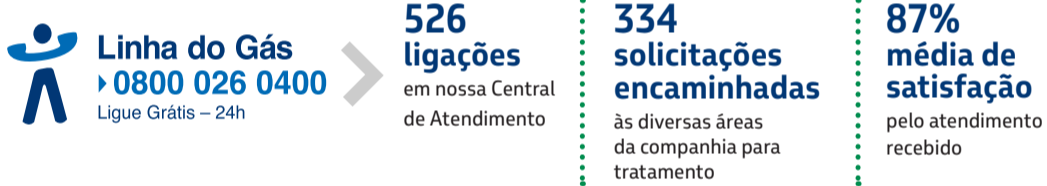
Além disso, ao estabelecer prioridades em projetos técnicos para melhoria da integridade e da segurança da operação, a empresa amplia o envolvimento e a conscientização das comunidades do entorno. Por exemplo, antes do início de obra realizada na travessia do rio Manoel Alves, em Santa Catarina, os moradores participaram de debates sobre os aspectos positivos e negativos do trabalho em suas rotinas.

De fato, nosso diálogo com as comunidades se dá de forma permanente e rotineira. Os canais de comunicação utilizados no contato com os públicos de interesse buscam aprimorar a agilidade do atendimento e, assim, atribuir eficácia ao retorno solicitado, em cumprimento às obrigações legais vigentes, e consolidar a reputação interna e externa da companhia.

O serviço **Linha do Gás** (0800 026 0400) é, desde 1998, o principal canal de comunicação da TBG com as comunidades. A ligação, que é gratuita, pode ser feita de qualquer telefone no Brasil, 24 horas por dia, uma vez que o serviço funciona todos os dias da semana sem interrupção. A equipe de atendimento recebe, analisa e direciona cada chamada, conforme procedimentos estabelecidos pela TBG.

Entre as principais demandas atendidas pelo serviço Linha do Gás, estão as relacionadas à integridade e à segurança do Gasoduto: solicitação de visita técnica, quando há necessidade de interferência com a faixa de servidão; comunicação de ação de terceiros, ao ser identificada atividade na faixa sem o acompanhamento técnico; esclarecimento de dúvidas sobre o uso correto da faixa, para uma convivência segura e harmônica com o Gasoduto; comunicação de situações anormais, para verificação pelas áreas técnicas, entre outras abordagens.

2015



Por sua vez, o **portal** da TBG na Internet (www.tb.com.br) contém informações sobre a companhia, aí incluídos, entre outras informações, o perfil, a governança corporativa, a história, o traçado do gasoduto, os serviços, as ações sociais e as ambientais. Em atendimento à legislação vigente da ANP, o conteúdo faz menção a informações referentes às atividades de transporte e de compra e venda de gás natural, além de disponibilizar as solicitações de serviço de transporte interruptível e os Termos e Condições Gerais de Compartilhamento de Faixas de Servidão.

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11, a página principal de nosso site possui o ícone "Acesso à Informação", que leva o solicitante ao Portal da Lei de Acesso à Informação da TBG, onde está disponível o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), além de outras informações de transparência pública. No ano, o serviço atendeu a três pedidos, todos dentro do prazo legal.

Por fim, o **Fale Conosco**, canal digital disponível também no Portal da TBG, prestou atendimento a 172 solicitações no ano.

RELACIONAMENTO COM OS FORNECEDORES

No ano de 2015, foram realizadas contratações de bens e serviços, conforme apresentado a seguir:

- Valor total de contratações: R\$ 143,6 milhões.
- Quantidade de contratos e ordens de compra: 744.

O processo de compras e contratação de bens e serviços da TBG é regido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras Brasileiro S.A., aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24/08/1998, pelo Manual de Contratação da TBG (MCT) e pelos procedimentos internos.

Os procedimentos internos de compras e contratação foram revistos e atualizados, com foco no aperfeiçoamento das questões relacionadas à segurança da informação, à seleção de fornecedores e ao incremento de ações voltadas para o atendimento dos requisitos de *compliance*.

O ano de 2015 foi marcado pelo incremento das iniciativas voltadas para atividades relacionadas ao desenvolvimento de fornecedores. Destaca-se a realização, pela primeira vez, de eleição dos melhores fornecedores do ano, ou seja, aqueles que apresentaram melhor desempenho na execução dos serviços e evidenciaram qualidade em gestão empresarial.

A definição dos elegíveis, finalistas e vencedores levou em consideração as avaliações feitas por meio de Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD), emitidos regularmente pelos gerentes e fiscais de contratos, além de análises adicionais sobre requisitos de qualidade, prazo, conformidade, governança corporativa e aspectos de segurança, meio ambiente e saúde.

O objetivo da ação, que passará a incorporar o calendário de eventos da companhia, é incentivar os fornecedores que prestam serviços à TBG na busca da excelência em qualidade e gestão, considerando os requisitos já citados acima e fortalecendo, assim, a parceria com a TBG e o alinhamento à estratégia da companhia.

GESTÃO

GESTÃO DE NEGÓCIOS

A implantação do Plano Estratégico TBG-2020 depende da execução de iniciativas em curto e no médio prazos. A TBG estabeleceu o Modelo de Negócio fundamentado em cinco Pilares para o Crescimento, iniciado em 2014 e consolidado em 2015, como instrumento de gestão para direcionamento das diversas atividades e ações da companhia. Conforme demonstrado na Figura 04, as diretrizes do Modelo de Negócio buscam impulsionar o crescimento e ampliar a geração de valor para os acionistas, clientes e empregados, a partir da harmonização de processos internos e da implantação de Programas Estruturantes.



FIGURA 04 | MODELO DE NEGÓCIO

Os pilares citados estão ligados a conceitos apresentados a seguir:

- Pilar Confiabilidade Operacional** – Garante a manutenção do padrão das operações, atendendo adequadamente aos compromissos assumidos e proporcionando plena satisfação aos clientes e às demais partes interessadas.

- Pilar Disciplina de Capital** – Trata de ações, processos e métodos que garantam, de forma eficaz, a aplicação dos recursos financeiros, com o objetivo de gerar o máximo retorno aos investimentos e o aprimoramento da alocação dos recursos disponíveis. Inclui a gestão adequada dos recursos financeiros e a avaliação criteriosa dos projetos mais rentáveis e do direcionamento de investimentos para essas oportunidades de negócios.

- Pilar Gerenciamento de Custos** – Busca a otimização de custos sem aumentar a exposição aos riscos e sem reduzir o padrão de qualidade dos serviços. Em resumo, é fazer mais gastando menos.

- Pilar Desenvolvimento de Recursos Humanos** – Garante e estimula a capacitação crescente da força de trabalho, motivando-a e buscando o comprometimento com os objetivos e resultados da organização. O engajamento dos empregados em atuar de forma unida e coordenada, revela-se um importante diferencial competitivo no mercado de gás natural.

- Pilar Saúde, Segurança e Responsabilidade Ambiental e Social** – Com importância central na gestão, esse pilar concentra as iniciativas que viabilizam o alcance das metas de saúde e segurança, além de difundir na sociedade o reconhecimento da TBG como empresa responsável e sustentável.

Sustentando os Pilares para o Crescimento, contamos com os Programas Estruturantes. Além de reunirem iniciativas concretas associadas à estratégia, eles permitem maior controle na obtenção de benefícios que seriam difíceis de alcançar através de ações isoladas. Seguem relacionados os Programas Estruturantes existentes:

- Programa de Infraestrutura Operacional (Proinf).
- Programa de Transformação de Oportunidades em Negócios (Proton).
- Programa de Novos Empreendimentos (Proemp).
- Programa de Otimização e Gerenciamento de Custos (Progec).
- Programa de Suporte Corporativo (Procor).

Destaca-se, em 2015, o encerramento do ciclo de palestras sobre o modelo de negócio que demonstrou seu conceito, a metodologia de implantação e, sobretudo, disseminou-o para a força de trabalho.

Plano de Negócios e Gestão

Em dezembro, o CA da TBG aprovou o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2016-2020. Fundamental no processo de planejamento da companhia, o PNG é um elemento consolidador da estratégia corporativa, conectando diversos componentes de gestão e servindo como veículo para que estes transitem pelo processo de Governança Corporativa.

De abrangência quinquenal, o PNG 2016-2020 aponta o total de R\$ 336 milhões de investimentos na melhoria dos ativos da companhia para o todo o período, contribuindo assim com a geração de riqueza para a sociedade.

Este plano redefiniu também, para 2016, os limites orçamentários de custos e despesas para R\$ 264 milhões, contemplando os esforços para aumentar a competitividade e atender às diretrizes dos programas de otimização dos custos e despesas (ver item Gestão de Custos e Despesas).

GESTÃO DA SAÚDE, SEGURANÇA, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Gestão da Saúde

Com uma equipe focada no atendimento à área de saúde ocupacional, a companhia desenvolve atividades com o objetivo de promover a qualidade de vida no trabalho de seus empregados e reduzir o absenteísmo.

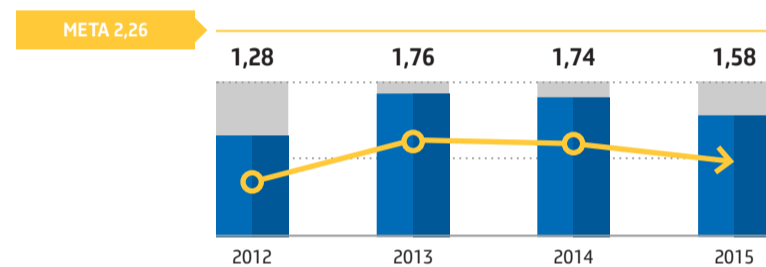


GRÁFICO 01 | PERCENTUAL DE TEMPO PERDIDO POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DE SAÚDE (PTP)

Destacam-se, em 2015, a realização da campanha anual de vacinação contra a gripe, com adesão de 71% da força de trabalho, além da manutenção dos programas de Controle Médico e Saúde Ocupacional, de Avaliação Nutricional e de Apoio Psicossocial, este último com aumento de 122% na procura por atendimento, principalmente para assuntos de cunho legal. Há, ainda, a divulgação periódica de informes internos, com orientações relativas à saúde e ao bem-estar dos empregados e demais colaboradores.

Gestão da Segurança

As ações, alinhadas ao Pilar Saúde, Segurança e Responsabilidade Ambiental e Social, ajudaram a empresa a atingir a marca histórica de 646 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, completados em 31 de dezembro.

Tornar o tema segurança um hábito para a força de trabalho é prioridade para a TBG. Para tanto, a companhia vem intensificando ações em unidades operacionais, faixa de servidão, central de manutenção e sede, tendo como públicos-alvo os empregados, as empresas contratadas e a população do entorno do gasoduto.

Ao longo do ano, diversos projetos e ações foram implantados e desenvolvidos, entre eles:

- Política de Regras de Ouro de SMS, que tem como objetivo reduzir/mitigar acidentes na companhia.
- Programa avançado de conscientização de segurança (*Safestart*®).
- Programa "Células de Segurança" que, em encontros mensais, dissemina a cultura da segurança do trabalho junto às empresas contratadas e aos empregados, abordando temas relacionados à segurança, ao meio ambiente e à saúde (SMS).
- Programa "Direção Segura no Trânsito", que busca a conscientização do motorista para a importância do risco zero no volante.

Além disso, ocorreram exercícios de segurança em duas instalações operacionais, bem como nos escritórios da TBG.

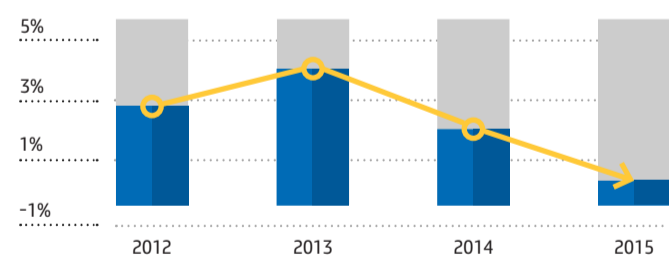


GRÁFICO 02 | TAXA DE OCORRÊNCIAS REGISTRÁVEIS (TOR)

No Gráfico 02, apresentamos a evolução anual do indicador TOR (somatório de casos típicos de lesão sem afastamento, inclusive casos de primeiros socorros, lesão com afastamento e acidentados fatais por milhão de horas-homem trabalhadas). As ações para resguardar a integridade da força de trabalho têm apresentado resposta.

Gestão Ambiental e Social

A TBG cumpriu uma importante etapa de compensação ambiental relacionada à implantação do gasoduto na região Sul do País. Pelo termo assinado com a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e Sema (Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul), a empresa realizou a regularização fundiária na Reserva Biológica Mata Paludosa e no Parque Estadual do Tainhas, ambos no Estado de Rio Grande do Sul.

No ano, também foram concluídos outros licenciamentos e compensações ambientais, tais como as retificações das Licenças de Operação ("LO") nº 081/2000, referente ao trecho Corumbá/MS – Canoas/RS, e nº 028/2000, para o trecho Replan-Guararema/SP, além da celebração do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCC) com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP), que destina um montante para ser aplicado no plano de manejo das Áreas de Proteção Ambiental (APAs): Ibitinga, Rio Batalhas, Piracicaba/Juqueri-Mirim e Corumbataí/Botucatu/Tujupá.

A renovação da Licença de Operação nº 081/2000, emitida pelo Ibama/DF em 2014, retificada em 2015, resultou no atendimento a condicionantes, das quais destacamos a entrega do Plano Básico Ambiental (PBA).

Como outras ações voltadas à preservação ambiental e otimização dos recursos naturais, a companhia estabelece metas, monitora a liberação acidental de óleo e produtos químicos e utiliza os motogeradores das Ecomps para produzir a própria energia em horário de ponta.

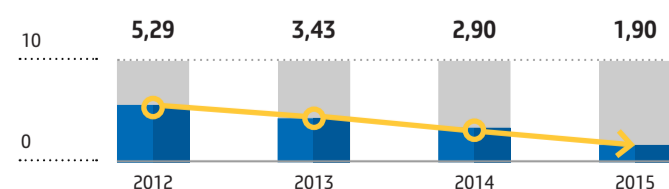


GRÁFICO 03 | RELAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM HORÁRIO DE PONTA



GRÁFICO 04 | ÍNDICE DE IMPACTO AO MEIO AMBIENTE

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

GESTÃO DE RECURSOS

Gestão de Pessoal

Nosso quadro de pessoal é composto por 292 empregados próprios, admitidos por processo seletivo público, 26 estagiários e um participante do Programa Jovem Aprendiz. Anualmente, são desenvolvidos programas com o objetivo de aprimorar a qualificação desses colaboradores.

PERFIL DE EMPREGADOS EM 2015	
	20-30 9
	31-40 74
FAIXA ETÁRIA	41-50 108
	51-60 75
	> 61 26
GÊNERO	HOMENS 231
	MULHERES 61
ESCOLARIDADE	NÍVEL MÉDIO 93
	NÍVEL SUPERIOR 199
	SUDESTE 238
REGIÃO	CENTRO-OESTE 27
	SUL 27

TABELA 01 | PERFIL DOS EMPREGADOS EM 2015

Um dos destaques das ações da gestão de recursos humanos em 2015 foi a conclusão do Programa de Desenvolvimento Gerencial – Escola de Líderes, que capacitou os gestores da TBG com mais de sete mil horas de treinamento. Ao longo de um ano, os 70 líderes participaram das aulas, divididas em módulos, que foram desenvolvidas em parceria com a empresa HSM, referência nacional em conhecimento sobre gestão corporativa.

Outra frente foi o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PDRH que, em 2015, apresentou um HHT (homem-hora treinamento) de 70 horas.

Ambas as ações estão associadas ao Pilar de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

PDRH	2012	2013	2014	2015
HORAS DE TREINAMENTO POR EMPREGADO (H)	74	74	84	70
VALOR DE TREINAMENTO POR EMPREGADO (R\$ MIL)	6,2	6,0	8,3	8,6

TABELA 02 | INDICADOR DE HORAS DE TREINAMENTO/ EMPREGADO

Gestão Financeira

Em 2015, a TBG pagou dividendos de R\$ 466 milhões (corrigidos pela taxa Selic) aos seus acionistas. Desde 2007, quando teve início a distribuição de dividendos pela companhia, foram pagos aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em valores nominais.

Na gestão financeira dos recursos, a companhia distribui suas aplicações de acordo com as expectativas de mercado e com o cenário macroeconômico vigente, em dois fundos de investimentos: Fundo Extramercado (gerido pelo Banco do Brasil) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (exclusivo para empresas do Sistema Petrobras, gerido pelo banco Itaú Unibanco).

O saldo da dívida com terceiros, em 31 de dezembro, totalizou US\$ 57,2 milhões, ao custo médio de 4,01% ao ano. A dívida subordinada com acionistas é de US\$ 192,4 milhões. Além dessas obrigações financeiras, existe o contrato TCO (*Transportation Capacity Option*), com saldo remanescente de US\$ 192 milhões em dezembro de 2015, a ser pago pela TBG com a prestação de serviços de transporte até 2039.

A TBG renovou o seu Plano de Seguros, com destaque para os ramos de risco operacional e responsabilidade civil geral.

Além disso, em 2015, a TBG elaborou um estudo sobre a estrutura ótima de capital e atualização do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC), com base nas premissas e práticas atuais de mercado. O resultado desse trabalho traz transparência e tem como objetivo principal subsidiar análises financeiras de projetos e apoio na tomada de decisões associadas a novas oportunidades de negócios.

Gestão de Custos e Despesas

A TBG implementou, ao longo do ano, ações de redução de custos decorrentes dos programas Procop (Programa de Otimização dos Custos Operacionais) e Procad (Programa de Otimização dos Custos Gerais e Administrativos). Incorporado na companhia em 2012, o Procop gerou, no acumulado até 2015, redução de custos operacionais da ordem de R\$ 16,8 milhões. Já o Procad, implantado no final de 2014, reduziu em R\$ 3,3 milhões as despesas.

Esses valores traduzem o esforço da TBG para fazer mais gastando menos. Nossos programas atuam em otimização de contratos, planos de manutenção, transporte operacional, sistemas de comunicação, uso de licenças de *software*, desmobilização de imóveis, realização de serviços por equipe própria, redução dos custos de materiais e otimização de viagens.

As ações integram o Pilar de Gerenciamento de Custos, um dos cinco pilares do Modelo de Negócio implantado em 2014.

Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações

Alteramos nossa estrutura organizacional de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC) para facilitar a aplicação das melhores práticas de gestão de projetos e de gerenciamento da infraestrutura e sistemas de TIC.

As principais realizações que contribuíram para geração de valor foram:

- Otimização de uso de licenças de *softwares*, que gerou uma economia de R\$ 1,2 milhão.
- Desenvolvimento de uma metodologia interna para gerenciamento de projetos de sistemas, com base nas melhores práticas do PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) do PMI (*Project Management Institute*), com o objetivo de ampliar a qualidade das aplicações desenvolvidas internamente.
- Foco no desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis.
- Lançamento do *Webmail* TBG, que permite o acesso remoto ao correio notes de forma segura, via computador ou dispositivo móvel, sem a necessidade de conexão à rede interna.
- Substituição do sistema de acesso dos usuários à Internet (*Proxy*), o que aumentou a estabilidade, a segurança e a visibilidade do conteúdo trafegado.
- Melhoria nos serviços de correio eletrônico e aplicações, com a adoção de infraestrutura redundante composta por pares de servidores, de forma a reduzir os riscos de indisponibilidade e impactos diretos para os colaboradores.
- Reestruturação dos dispositivos de segurança de perímetro (*Firewall*), que aumentou a velocidade e estabilidade no acesso remoto (VPN), para reduzir os riscos de incidentes que degradam o desempenho da rede e ocasionam paradas de sistemas e/ou interrupção do acesso à Internet.

GESTÃO OPERACIONAL

Em 2015, a confiabilidade no sistema de compressão do gasoduto alcançou 99,6%. Não houve registro de falhas de recebimento de gás na fronteira com a Bolívia e ocorrência de interrupção na entrega de gás natural. Os resultados reforçam a eficácia alcançada na implantação de iniciativas associadas ao Pilar de Confiabilidade Operacional.

Outros destaques foram: o recorde de 96.327 horas acumuladas na operação de um compressor na Ecom de Campo Grande (MS); a realização de *overhaul* de turbinas e motogeradores; a implantação de projetos associados à segurança operacional e à integridade do gasoduto e, finalmente, a implantação de projetos para atendimento a exigências legais.

A empresa também concluiu a implantação e iniciou a operação do novo Ponto de Entrega de Itirapina/SP, com capacidade de entrega de 112 mil m³/dia de gás natural em atendimento à demanda da distribuidora Comgás.

GESTÃO DE RISCOS

Desde a criação do Comitê de gestão de riscos corporativos (Crisc), em janeiro de 2014, a TBG vem dedicando especial atenção ao aprimoramento de seu processo de gestão de riscos. Entre as atribuições deste comitê, está contemplada a disseminação interna de uma cultura voltada para a análise de riscos, abordando desde aspectos operacionais até a disciplina de capital.

Mantemos nossa Matriz de riscos empresariais em processo contínuo de avaliação dos eventos de risco identificados. A presença de um representante de cada diretoria no Crisc dá agilidade à eventual atualização do conteúdo, seja em caso de alteração nas condições de probabilidade ou de impacto das ocorrências, bem como em novos eventos que venham a ser identificados. Além disto, o Comitê é notificado sobre os planos de ação em resposta aos riscos.

Para o estabelecimento do processo, foram adotadas diretrizes e técnicas contidas nas normas ISO (*International Organization for Standardization*) 31.000 e 31.010, além dos preceitos do PMI (*Project Management Institute*). Assim, torna-se possível intensificar as interfaces da gestão de riscos com outros elementos, como o gerenciamento de projetos e a análise de investimentos.

Riscos Financeiros e Tributários

As receitas da TBG (provenientes dos contratos de transporte na modalidade *ship or pay*) e as dívidas (marcadas a mercado) estão atreladas à moeda dólar e, portanto, expostas aos riscos de volatilidade da moeda estrangeira. Sendo assim, a variação cambial é o principal fator externo à gestão da empresa que influencia o seu resultado.

Como forma de mitigar essa exposição, a companhia adota uma política de gestão de risco cambial, aprovada pelos acionistas em 2012, que estabelece premissas e regras para a realização de operações financeiras de proteção cambial (*hedge*), com o objetivo de reduzir os riscos oriundos da oscilação do dólar.

Além disso, a TBG possui uma política de contratação de seguros para os ramos de risco operacional, responsabilidade civil, riscos de engenharia, transportes, incêndio e conteúdo, entre outros.

Riscos Comerciais

Os atuais contratos de transporte de gás (TCQ, TCO e TCX Brasil) têm como principal risco a ocorrência de falhas de entrega ou de recebimento, que podem resultar em penalidades junto ao cliente, uma vez que, nestes instrumentos, não existe um limite para o pagamento de tais penalidades. Para os contratos CPAC 2007 e interruptível é estabelecido limite para tais penalidades. Para tanto, a TBG investe em melhorias operacionais que garantem a disponibilidade e confiabilidade do seu sistema de transporte.

Tendo em vista o término da vigência dos principais contratos TCQ, em 2019, e TCX, em 2021, a TBG iniciou o planejamento interno para condução do processo de Chamada Pública, de acordo com as normas vigentes. Além disso, a empresa vem ampliando sua visibilidade no mercado com vistas ao desenvolvimento de novas oportunidades de negócios.

Dada à característica regulada do setor de petróleo e gás natural, a TBG mantém o monitoramento da emissão de novas regulações e participa dos processos de consulta pública, visando a mitigar eventuais efeitos adversos provocados por novas obrigações regulatórias.

Riscos Associados à Segurança Ocupacional

Em 2015, foram realizados cinco exercícios de segurança. No primeiro deles, em abril, o exercício em sala de aula conhecido como *Table Top* simulou uma emergência na Ecom de Miranda/MS. Em junho, foi a vez do simulado de emergência no PE de Várzea do Cedro/RS. Finalmente, em dezembro, na faixa do gasoduto em Iracemápolis/SP, o exercício simulado contou com a participação da Defesa Civil e da comunidade.

Outros dois simulados de abandono dos escritórios foram realizados em Campinas (SP) e no Rio de Janeiro (RJ).

Cabe destacar que no item Gestão da Saúde, Segurança, Responsabilidade Ambiental e Social foram apresentadas outras iniciativas implantadas na TBG com o objetivo de mitigar estes riscos.

As iniciativas atendem não somente às exigências e à política de segurança da TBG, mas também àquelas solicitadas pela ANP e pelo Ibama, tendo como objetivos testar os procedimentos, recursos e a articulação da TBG com os órgãos competentes.

Riscos Operacionais

Os riscos operacionais são mitigados com ações para o controle das ameaças à integridade estrutural do gasoduto, conforme diretrizes da norma ASME B31.85 – *Managing System Integrity of Gas Pipelines* – para danos mecânicos provocados pela movimentação do terreno ou pela ação de terceiros, para corrosão na parede interna ou externa do duto e para falhas em equipamentos. Esse controle é garantido com a execução de programas periódicos de inspeção, manutenção e ações preventivas, que contemplam, entre outras ações:

- Inspeções terrestres e aéreas da faixa de servidão.
- Inspeções sobre válvulas, atuadores e *scrapers* lançadores/recebedores de *pigs* instrumentados.
- Inspeção do sistema de proteção catódica.
- Inspeções internas do gasoduto utilizando *pigs* instrumentados.
- Reparos e manutenções corretivas, preventivas e preditivas das instalações de superfície, do duto e da faixa.
- Atividades de conscientização pública para prevenção da ação de terceiros.

A companhia também iniciou o aprimoramento do processo de gestão de riscos operacionais, com a integração dos sistemas de análise de manutenção centrada em confiabilidade e de análise de riscos operacionais com o processo de gestão de riscos empresariais da TBG.

O resultado esperado é a elaboração do Relatório de Análise de Risco de Processo, contendo as recomendações provenientes do estudo. As recomendações serão parte de um plano de ação de iniciativas consolidadas.

DESEMPENHO EMPRESARIAL

DVA – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A operação da TBG, em 2015, gerou R\$ 1,5 bilhão de riqueza agregada à sociedade, valor 47% superior ao registrado em 2014.

A distribuição entre pessoal e encargos, impostos e contribuições, encargos financeiros (despesas financeiras e variação cambial) e lucro líquido do exercício guarda equilíbrio percentual entre os períodos comparados.

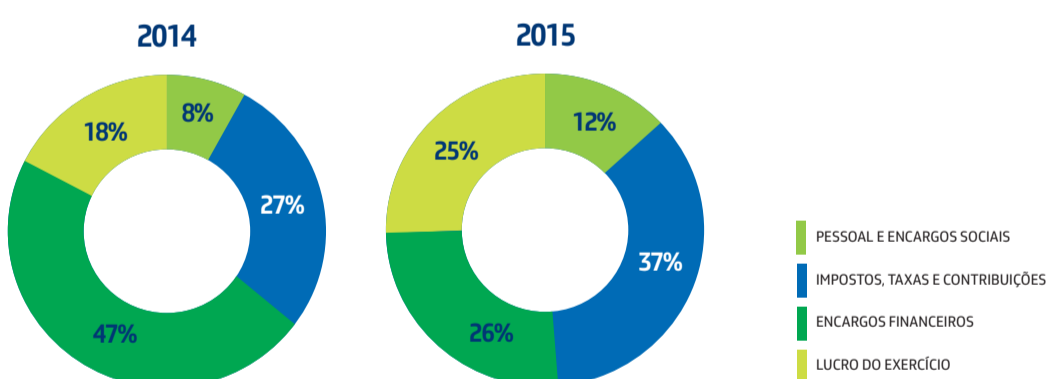


GRÁFICO 05 | DISTRIBUIÇÃO DO VALOR 2014 – 2015

TBG - DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2014 (R\$ MILHÕES)	2015 (R\$ MILHÕES)
RECEITAS OPERACIONAIS	1.284	1.761
INSUMOS DE TERCEIROS	(104)	(104)
RETEÇÕES (DEPRECIACÃO)	(162)	(167)
RECEITAS FINANCEIRAS	22	42
VALOR ADICIONADO TOTAL	1.040	1.532
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL - INCLUI ENCARGOS SOCIAIS	127	121
GOVERNO - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	380	418
ENCARGOS FINANCEIROS	269	726
ACIONISTAS - LUCRO DO EXERCÍCIO	264	267
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.040	1.532

TABELA 03 | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015, o Ebitda foi o maior da história da companhia, alcançando R\$ 1,26 bilhão. Este desempenho ocorreu, principalmente, em função do aumento da receita, que foi influenciada pela apreciação da moeda dólar. Adiciona-se ainda a redução dos custos e despesas gerenciáveis, alcançada no período, de 5% em relação ao ano anterior.

A TBG obteve lucro líquido de R\$ 267 milhões, montante superior aos R\$ 264 milhões registrados em 2014, e apresenta o indicador de margem bruta (%) crescente ao longo dos anos, tendo alcançado 79% neste ano.

Os investimentos totalizaram o montante de R\$ 61 milhões em 2015, sendo 78% relacionados a projetos para manutenção da infraestrutura operacional. Tais investimentos confirmam o compromisso da TBG em atender aos compromissos contratuais existentes e à manutenção das condições operacionais dos seus ativos.

Os dividendos pagos no ano, de R\$ 430 milhões, demonstram a eficiência na gestão e o empenho da companhia em maximizar o retorno do acionista.

As conquistas atingidas nas mais diversas áreas da companhia, descritas ao longo deste relatório, demonstram a orientação da empresa em atender aos compromissos com as partes interessadas, bem como com a ampliação de sua participação no mercado de gás natural.

Seja através de nosso principal ativo, o Gasoduto Bolívia-Brasil, ou da participação em novos empreendimentos, contemplando inclusive a possibilidade de novas fontes de suprimento, a TBG perpetuará sua participação no mercado nos próximos anos.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (“companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. Em 10 de dezembro de 2015, a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO foi parcialmente cindida em duas empresas, a GASPETRO e a Petrobras Logística de Gás S.A. – LOGIGÁS, sendo esta última a atual detentora do controle da companhia. A companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro, uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas – SP e duas Unidades de Manutenção localizadas nas cidades de Campo Grande – MS e Florianópolis – SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000 e já foram totalmente concluídas. Os recursos para fazer face à construção de gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 7 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 8).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes obrigam-se a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) – para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis

Um valor relativo ao exercício anterior foi reclassificado para melhor comparabilidade com o exercício atual. Esta reclassificação não afetou o resultado e o patrimônio líquido da companhia e está detalhada a seguir:

• Quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentado no ativo circulante, reclassificado de caixa e equivalente de caixa para recebíveis de ativos financeiros, também no ativo circulante.

O efeito dessa reclassificação no Balanço Patrimonial é:

			31.12.2014
Ativo circulante	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	91	(91)	-
Recebíveis de ativos financeiros	-	91	91

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua (“a moeda funcional”).

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.5 Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.7 Instrumentos financeiros

A companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

(I) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(II) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

• Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

• A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções, do modelo econômico da companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (*impairment*).

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.12 Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.13 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.14 Demonstração do valor adicionado

A companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Vida útil dos ativos

A companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 6).

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 16).

(c) Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possuía contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012, foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são determinadas em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a companhia faz contribuições na forma contratual. A companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

4 RECEBÍVEIS DE ATIVOS FINANCEIROS

	2015	2014
FIDC (a)	162	91
	162	91

(a) Representado por recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo do Sistema Petrobras, cuja carteira é composta, principalmente, de direitos creditórios relativos à cessão de fluxos futuros de recebíveis que não podem ser negociados antecipadamente. Esses recursos, tratados como recebíveis de ativos financeiros, são classificados como empréstimos e recebíveis.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2015	2014
Vinculados ao serviço da dívida	7	5
	7	5

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2015, apresentou rentabilidade de 12,7% equivalente a 96% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2015	2014
Receita nas aplicações do fundo FIDC (nota 4)	23	17
Receita nas aplicações de renda fixa	4	5
Receita de juros sobre tributos recuperados	15	-
	42	22

6 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2015			2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.395	(2.273)	2.122	2.224	
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	12	(7)	5	6	
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(4)	1	1	
Máquinas e equipamentos operacionais	10	21	(18)	3	4	
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	13	(10)	3	4	
Equipamentos e instalações de comunicação	5	5	(4)	1	1	
Imobilizado em andamento (ii)		22	-	22	21	
		4.473	(2.316)	2.157	2.261	

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.330	35	4	13	2.382
Adições	-	48	1	-	49
Transferências	50	(63)	-	4	(9)
Depreciação	(156)	-	(2)	(3)	(161)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.224	20	3	14	2.261
Adições	-	61	-	-	61
Transferências	58	(59)	2	(2)	(1)
Depreciação	(160)	-	(2)	(2)	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.122	22	3	10	2.157

7 PARTES RELACIONADAS

(a) Sistema Petrobras

	2015			2014		
	Petrobras	Logigás	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	119	1	120	114	2	116
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	334	-	334	-	-	-
	453	1	454	114	2	116
Passivo circulante						
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	-	-	10	-	10
Adiantamentos de clientes (ii)	63	-	63	54	-	54
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	6	6	-	4	4
Juros sobre dividendos a pagar	-	-	-	-	7	7
	63	6	69	64	11	75
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (ii)	997	-	997	817	-	817
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	383	383	-	261	261
	997	383	1.380	817	261	1.078
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados - Nota 11	1.761	-	1.761	1.284	-	1.284
Despesas financeiras - Nota 14	-	(69)	(69)	-	(55)	(55)
Variações cambiais - Nota 15	(245)	(123)	(368)	(62)	(31)	(93)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2015 foi apurado o montante de R\$ 334 milhões a ser recuperado, em 2016, via aumento da tarifa (em 2014 foi apurado o montante de R\$ 10 milhões, devolvido em 2015 via redução de tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

• Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidadas através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

(b) Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a compor o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, incluindo o principal integralmente no longo prazo e os juros integralmente no curto prazo, são:

	2015	2014
Passivo circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 7 (a))	6	4
BBPP Holdings Ltda.	3	2
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	2	1
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	1	1
Total dos demais acionistas	6	4

Passivo não circulante

Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 7 (a))	383	261
BBPP Holdings Ltda.	218	148
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	90	62
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	60	41
Total dos demais acionistas	368	251

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	2015	2014
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 7 (a))	69	55
BBPP Holdings Ltda.	39	32
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	16	13
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	11	9
Total dos demais acionistas	66	54

(c) Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da TBG relativas ao mês de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015	2014
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	45.301,06	38.992,67
Remuneração média	17.346,35	14.862,74
Menor remuneração	5.101,57	5.270,45
Remuneração de dirigente (pessoal-chave)	73.570,82	69.142,09

8 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 17(b) - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2015	2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	166	150
Banco Europeu de Investimento (BEI)	57	54
	223	204
(-) Passivo circulante	(77)	(52)
Passivo não circulante	146	152

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2015	2014
2016	-	52
2017	79	54
2018	67	46
	146	152

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2015	2014
6 meses ou menos	43	30
6 a 12 meses	42	29
1 a 2 anos	84	58
2 a 5 anos	69	104
	238	221

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2015 foi de 2,08%, mais spread de 0,84% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas ("covenant"):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes.

(ii) O Mutuário se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio com passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2015 e 2014, a companhia cumpriu com estas obrigações.

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2015	2014
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	187	93
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	102	23
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(228)	(44)
Outras exclusões temporárias	(11)	(9)
	<u>50</u>	<u>63</u>

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	405	401
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(138)	(137)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(138)</u>	<u>(137)</u>
Corrente	(154)	(106)
Diferido	16	(31)

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	138	137
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	195	50
Provisões temporárias	(7)	3
Depreciação fiscal do gasoduto	(93)	(93)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	(79)	9
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<u>154</u>	<u>106</u>

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPF B Transportes do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% - GTB - TBG Holdings S.Ã. R. L.

(b) Reservas de lucros

• Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal nos anos de 2015 e 2014, em decorrência de essa reserva ter atingido o limite máximo permitido.

• Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos, principalmente, constituição de ativo fiscal diferido e de variação cambial de empréstimos de longo prazo que não geraram caixa para suportar os pagamentos de dividendos nos exercícios em que foram constituídos. O pagamento dos dividendos dessa reserva ocorre no exercício subsequente, à medida que os eventos que originam a sua constituição se realizam financeiramente, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2015, esta reserva já estava totalmente realizada.

• Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

Em 2015, R\$ 54 das reservas de lucros foram transferidos para dividendos propostos (em 2014 foram transferidos R\$ 166).

(c) Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2015 é de R\$ 134. A proposta de dividendos adicionais encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 187, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 133, mais R\$ 54 da reserva especial, totalizando R\$ 187 registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	267	264
Realização da reserva de lucros a realizar	-	18
Transferência da reserva especial	54	148
Dividendos propostos	<u>321</u>	<u>430</u>
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	133	132
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	187	298
Dividendo a pagar passivo circulante - R\$ por ação	0,66	0,65
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	0,92	1,47

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita bruta de serviços prestados (Nota 7(a))	1.761	1.284
Tributos incidentes sobre faturamento	(289)	(244)
Receita operacional líquida	<u>1.472</u>	<u>1.040</u>

12 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2015	2014
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	69	62
Manutenção, conserto e reparo	24	29
Aluguel	15	15
Consumo de material	8	7
Utilização de sistemas de comunicação	2	2
Serviço de apoio operacional e outros	16	15
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	9	3
	<u>145</u>	<u>135</u>

13 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	51	59
Despesas com imóveis	6	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	5	4
Despesas com serviços contratados	11	13
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	7	7
	<u>81</u>	<u>90</u>

14 DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
Fornecedores	1	2
Empréstimos e financiamentos	9	8
Empresas do Sistema Petrobras (nota 7 (b))	69	55
Empréstimo subordinado - demais acionistas	48	34
Juros sobre dividendos - demais acionistas	18	20
	<u>145</u>	<u>119</u>

15 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	87	27
Empresas do Sistema Petrobras	368	93
Empréstimo subordinado - demais acionistas	118	30
	<u>573</u>	<u>150</u>

16 CONTINGÊNCIAS

A companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

• Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 170. Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 112.

• Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 70.

• Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 17, por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito, SP.

• Pleitos de sindicatos para alterações de cálculos e pagamentos de salários e benefícios. Valor de exposição da TBG é de R\$ 21.

• A TBG consta como polo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 9.

• A TBG está contestando contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 6.

Contingências ativas

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou, em agosto de 2008, Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a companhia possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Nota	2015	2014
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	162	91
Aplicações financeiras vinculadas	5	7	5
Contas a receber	7(a)	453	114
Passivos			
Fornecedores		25	23
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.449	1.153
Empréstimos e financiamentos	8	223	204

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. e os Recebíveis de ativos financeiros (nota 4) da Petrobras, o que faz com que este risco seja reduzido.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

CNPJ Nº 01.891.441/0001-93 — Empresa do Sistema Petrobras

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que nos dezesseis anos de operação da companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

(b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 7 e 8.

A exposição cambial da companhia em 31 de dezembro de 2015 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 987 (R\$ 724 em 2014).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Logigás (Nota 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.060 (R\$ 871 em 2014), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	987	247	493

Conforme mencionado na Nota 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

(c) Risco de liquidez

A companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015			
Fornecedores e outras obrigações	25	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	120	120	622
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	118	118	607
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	87	87	87
	350	325	1.316
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores e outras obrigações	23	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	43	39	339
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	42	38	327
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	59	58	104
	167	135	770

(d) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	821
Total com taxas variáveis	166
	987

(e) Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de Recebíveis de ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do Sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

18 COBERTURA DE SEGURO (NÃO AUDITADO)

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	US\$ milhões	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	11.553	120
Perda de receita bruta	507	507
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

19 OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2015	2014
Plano de previdência complementar	2	7
Plano de saúde – AMS	27	16
	29	23

Previdência complementar

Todos os empregados da companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

Plano de saúde AMS – benefício pós-emprego

A partir de 2014, os empregados da companhia migraram para o plano de saúde AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. Os empregados contribuem com uma parcela mensal predefinida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas. O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (a “Companhia”) que apresentam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção, para as Notas 1 e 7 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers	Christiano Augusto Beleze dos Santos
Auditores Independentes	Contador CRC
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ	1SP219266/O-7 “S” RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2015 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da PricewaterhouseCoopers, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2015, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 321.414.719,19 (trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e dezenove reais e dezenove centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2015, no valor de R\$ 267.457.348,40 (duzentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) mais R\$ 53.957.370,79 (cinquenta e três milhões novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos) da reserva de lucros especial. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 133.728.674,20 (cento e trinta e três milhões, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), correspondente à 50% do lucro líquido (art. 27, II do Estatuto Social da TBG), que, em 2015, foi de R\$ 267.457.348,40 (duzentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos). Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária o dividendo adicional de R\$ 187.686.044,99 (cento e oitenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) composto pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 133.728.674,20 (cento e trinta e três milhões, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) mais o saldo da reserva especial de R\$ 53.957.370,79 (cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos).

Com a realização da parte da reserva especial, o saldo das reservas de lucro não ultrapassa o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Solange Arantes Dornela	Júlio César Gonçalves Corrêa
Eduardo Poggi da Rocha	

ADMINISTRAÇÃO	
Renato de Andrade Costa Presidente do Conselho de Administração	
Roberto Murilo Carvalho de Souza Conselheiro	Angélica Garcia Cobas Laureano Conselheira
José Magela Bernardes Conselheiro	Cleyton Domingues de Moura Conselheiro
Andrew Ellenbegen Conselheiro	Marcelo Augusto Moreira de Almeida Conselheiro
Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez Conselheiro	
Jorge Roberto Abrahão Hijjar Diretor-superintendente	
Marcelo Curto Saavedra Diretor de Manutenção e Operação	Jorge Roberto Abrahão Hijjar Diretor Comercial
Lair Jesus Pereira de Oliveira Diretor Financeiro	
Robson Nunes Ribeiro Gerente de Controladoria	Ricardo Souza de Holanda Contador CRC-RJ-040722/O-2